§ 1.º O caso de força maior a que se refere este artigo deve ser reconhecido em Conselho de Ministros e da decisão não haverá recurso.

§ 2.º O disposto neste decreto é applicável aos candidatos aprovados em concursos já realizados que não excedam em mais de dois anos a idade prevista no artigo 4.º do decreto-lei n.º 16:563.

Art. 2.º Os documentos juntos aos requerimentos para admissão aos concursos de provas públicas para preenchimento de vacaturas nos vários serviços do Estado poderão ser restituídos aos candidatos não aprovados e aos que, tendo sido aprovados, desistam da nomeação ou não a tenham obtido durante o prazo de validade dos mesmos concursos.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 17 de Junho de 1939. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Duarte Pacheco* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *João Pinto da Costa Leite* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Administração Política
e Civil

Decreto-lei n.º 29:695

Deliberou a Câmara Municipal de Abrantes ceder, gratuitamente, à Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones um prédio destinado à construção do novo edificio para a instalação dos serviços dependentes da mesma Administração Geral naquela cidade.

Considerando que foi cumprida a formalidade consignada no n.º 2.º do artigo 55.º do Código Administrativo;

Tendo em vista a informação prestada pela Direcção Geral da Fazenda Pública, do Ministério das Finanças;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É autorizada a Câmara Municipal do concelho de Abrantes a ceder, gratuitamente, ao Estado, com destino à construção do novo edificio para a instalação dos serviços dependentes da Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones naquela cidade, um prédio em ruínas, situado na freguesia de S. João Baptista, que confronta pelo norte com bens de Fernando do Nascimento Busca, pelo sul com o Largo Mota Ferraz, pelo nascente com a Rua do Comércio e pelo poente com a Rua de Santa Isabel.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 17 de Junho de 1939. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Duarte Pacheco* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *João Pinto da Costa Leite* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

Decreto-lei n.º 29:696

Atendendo a que é de toda a conveniência que à Junta Geral Autónoma do distrito de Ponta Delgada se aplique, em relação aos funcionários dos serviços que para ela passaram por virtude do disposto no decreto n.º 15:805,

de 31 de Julho de 1928, e que se encontram aguardando aposentação, regime idéntico ao estabelecido para a Junta Geral Autónoma do distrito de Angra do Heroísmo;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É applicável aos vencimentos dos funcionários do Estado que transitaram para a Junta Geral Autónoma do distrito de Ponta Delgada, e se encontram aguardando aposentação, o regime estabelecido no § 2.º do artigo 1.º do decreto n.º 18:441, de 11 de Junho de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 17 de Junho de 1939. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Duarte Pacheco* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *João Pinto da Costa Leite* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

Decreto-lei n.º 29:697

A Câmara Municipal do concelho da Horta deliberou ceder à Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones um prédio urbano e três granéis com os respectivos armazéns, para a construção do novo edificio destinado à instalação dos serviços dependentes da mesma Administração Geral naquela cidade.

Tendo em vista a informação prestada pela Direcção Geral da Fazenda Pública, do Ministério das Finanças;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É autorizada a Câmara Municipal do concelho da Horta a ceder ao Estado, com destino à construção do novo edificio para a instalação dos serviços dependentes da Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones naquela cidade, um prédio urbano, sito no Largo Marquês de Ávila e Bolama, freguesia de Matriz, composto de casas altas com seus armazéns, lojas, pátios, poço e quintal, e bem assim três granéis e respectivos armazéns, ocupando todo o prédio a área de 2:439 metros quadrados e confinando, actualmente, pelo norte com casas dos herdeiros de José Dutra Goulart, Tomaz Ferreira Serpa e casa e quintal de Francisco José Nunes da Silva, pelo sul com o dito Largo, pelo nascente com a Rua do Mercado e pelo poente com a antiga Rua da Misericórdia, hoje de D. Pedro IV.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 17 de Junho de 1939. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Duarte Pacheco* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *João Pinto da Costa Leite* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

3.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 29:698

Com fundamento no disposto no artigo 3.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do ar-